
Nortec Química S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Nortec Química S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nortec Química S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

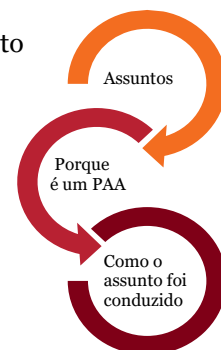
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nortec Química S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento da receita de vendas (notas 6.3 e 22)

As receitas da Companhia derivam essencialmente da comercialização de produtos farmoquímicos, que geralmente são reconhecidas no momento em que ocorre a transferência do controle sobre o ativo ao cliente.

O processo de reconhecimento das receitas de vendas da Companhia requer controles da administração para análise e monitoramento, a cada transação, do prazo de entrega dos produtos para os clientes, momento esse em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício.

Devido à relevância das transações de vendas no contexto das demonstrações financeiras e da necessidade de controles para determinar o momento adequado para o reconhecimento da receita, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e discussão do processo de reconhecimento de receita, incluindo os critérios definidos pela administração para determinação do prazo de entrega dos produtos dos clientes, que é utilizado para monitoramento e cálculo do ajuste do corte das vendas no final do exercício.

Analisamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta.

Também inspecionamos os respectivos comprovantes de entrega dos produtos aos clientes, a fim de confrontar o prazo efetivo da entrega com o prazo médio estimado pela Companhia em seu ajuste de corte das vendas.

Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldos vencidos em montantes relevantes, registrados na rubrica "Contas a receber".

A administração da Companhia exerce julgamento significativo quanto às expectativas de perdas na realização do contas a receber, considerando atrasos nos pagamentos, garantias obtidas, bem como outros indicadores de deterioração do risco de crédito de seus clientes.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à análise de crédito e mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Obtivemos entendimento da metodologia de cálculo da provisão e testamos as principais premissas consideradas na avaliação de perdas esperadas da carteira de clientes da Companhia.

Nortec Química S.A.

Porque é um PAA

Por se tratar de uma estimativa relevante que exige julgamento e avaliação da administração, aliado ao aumento no atraso dos pagamentos por parte dos clientes durante 2021, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Adicionalmente, efetuamos o recálculo da provisão e validação de integridade das informações da base de cálculo das contas a receber.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e estimativas utilizados pela administração estão consistentes com a documentação que examinamos e com as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Nortec Química S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

Nortec Química S.A.

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5



Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resultados 2021

A Nortec Química S.A. (citada como "Companhia" ou ainda como "Nortec Química" ao longo deste relatório), empresa brasileira do ramo farmoquímico (químico-farmacêutico), divulga hoje, no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), o resultado acumulado do ano de 2021, atualizando seus acionistas e o mercado em relação ao seu desempenho, melhorias e dinamicidade na sua administração e, na continuidade de seus Projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, sua tradição de 36 anos.

Principais Indicadores

Indicadores	2021	2020	Δ %
Receita Líquida (R\$ mil)	260.846	229.152	14%
Volume de Produção (kg)	174.338	237.777	-27%
Lucro Bruto (R\$ mil)	76.652	73.348	5%
EBITDA (R\$ mil)	47.412	52.604	-10%
Lucro Líquido (R\$ mil)	35.964	29.468	22%

Liquidez e Endividamento	2021	2020	Δ %
Índice Liquidez Imediata	1,01	0,92	10%
Índice Liquidez Corrente	4,08	3,80	7%
Índice Grau de Endividamento(*)	46%	38%	20%

(*) = (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)/Patrimônio Líquido

As informações financeiras e operacionais, divulgadas em milhares de Reais, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerações da Administração

Durante o ano de 2021, a Nortec Química manteve o seu propósito de liderar o mercado de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) no País, através do contínuo investimento em suas operações. Apesar das dificuldades impostas no período da pandemia do novo coronavírus, a Companhia permaneceu atuando 24 horas por dia, sete dias na semana, sem intercorrências, a fim de garantir o compromisso mantido com o Complexo Industrial de Saúde no Brasil.

Ainda no que concerne às frentes para enfrentamento da COVID-19, a Companhia continua adotando as orientações e melhores práticas recomendadas por órgãos como o Ministério da Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), para a proteção de seus colaboradores e para garantir o suprimento de produtos essenciais, como antirretrovirais, anestésicos locais e benzodiazepínicos.

Também neste ano, a estrutura da Companhia fortaleceu sua Inteligência de Mercado, introduzindo à Governança um pacote de soluções de negócios e suporte à implementação de projetos de Tecnologia e de Pesquisa & Desenvolvimento. Da mesma forma, os projetos desenvolvidos em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) permanecem a todo vapor, no intuito de permitir a entrada da Companhia no mercado de IFAs de Alta Potência e viabilizar a produção de novas moléculas, utilizando Tecnologia Industrial de primeira linha, para o Brasil e para o mundo. Com este objetivo, a Nortec Química assinou no dia 28 de outubro de 2021 um novo contrato de financiamento no valor total de R\$ 17,2 milhões, destinado à suplementação de recursos para expansão da capacidade produtiva da unidade industrial U-280, que tem previsão de finalizar as obras no primeiro semestre de 2022. Buscando manter a trajetória de crescimento, a Companhia pretende também aumentar seus laboratórios de P&D, a fim de garantir maior capacidade de desenvolvimento de novas moléculas e, com isso, manter um portfólio de IFAs atualizado, para atender às necessidades da população e dos clientes.

Como consequência dos esforços e investimentos constantes em desenvolvimentos, ao longo de 2021 a Nortec Química entregou a primeira remessa de Micofenolato de Sódio para o mercado.

Fruto de uma Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), o produto é usado para prevenir a rejeição ao transplante de rim.

Comprovando mais uma vez seu compromisso com a tecnologia, inovação e de estar sempre alinhada aos mais rigorosos marcos regulatórios, a Nortec Química obteve em abril de 2021 o CEP – Certificate of Suitability – emitido pela EDQM (European Directorate for the Quality of Medicines and Healthcare), dentro de nossa linha de anestésicos, com o IFA Prilocaína.

A Companhia segue com a estratégia de internacionalização e marcou presença durante a CPHI Worldwide, realizada em Milão em novembro de 2021, permitindo discussão sobre novas oportunidades e desafios do mercado, tanto com clientes e fornecedores atuais, como com potenciais futuros parceiros. Além disso, no âmbito nacional a Nortec Química foi expositora na FCE Pharma, principal convenção de suprimento para a Indústria Farmacêutica Nacional, realizada de 29 de novembro a 02 de dezembro em São Paulo.

A implementação de práticas ESG é outro tema fundamental para empresas que buscam a sustentabilidade de seus resultados. Na Nortec Química, existem exemplos práticos de ESG que trazem resultados mensuráveis. Em 2021 foram implementadas novas bombas de vácuo seco, substituindo bombas de anel líquido, o que acarretou em uma melhor eficiência de processo e também uma redução significativa no consumo de água. Destaque também para a gestão dos resíduos realizada até o fim de seu processamento, e uma estação de tratamento de efluentes moderna, com injeção de oxigênio para melhor tratamento do efluente industrial.

Em governança, foi instaurado o Comitê de Estratégia, apoiando o Conselho de Administração em análises e decisões sobre o futuro da empresa. Também foram implementadas novas políticas visando a redução e gerenciamento dos riscos inerentes ao negócio.

Por fim, e mais importante, no âmbito social a Nortec Química S.A. desempenha um papel social relevante, permitindo o abastecimento do Sistema de Saúde brasileiro de forma equânime, atendendo a diversas empresas farmacêuticas. Ao longo de 2021 a Companhia conseguiu se aproximar mais das comunidades que a cercam, por exemplo, o time mostrou sua força e solidariedade após a tragédia de Petrópolis, que segue tendo impacto enorme na cidade vizinha, onde moram diversos funcionários, fornecedores e parceiros. Ainda na frente social, a Nortec Química preza bastante pela educação dos seus funcionários, incentivando o estudo e financiando

bolsas para cursos de especialização, línguas e outros, a fim de contribuir com o crescimento profissional e pessoal dos seus colaboradores.

Em Maio de 2021, foi concluída a transação de alienação de participação detida pelo BNDES Participações S.A. (BNDESPar), na Companhia, para o Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, fundo de investimento em participações gerido pela Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda., do qual a MONTEIRO ARANHA S.A. (MASA) é titular, indiretamente, da totalidade das cotas. Este evento marca uma nova fase da Companhia. Adicionalmente, no contexto da Compra e Venda de Ações, foi aprovada, em Assembleia Geral de Acionistas, a migração da listagem da Companhia para o segmento Básico da B3, a qual foi devidamente executada em junho de 2021.

A Companhia agradece ao BNDESPar por todos os anos de sucesso na parceria celebrada e dá suas boas vindas, mais uma vez, ao FIP Alta e seu cotista Monteiro Aranha S.A., grupo nacional centenário, com histórico consolidado de atuação em ativos industriais perenes.

Análise Econômica Financeira

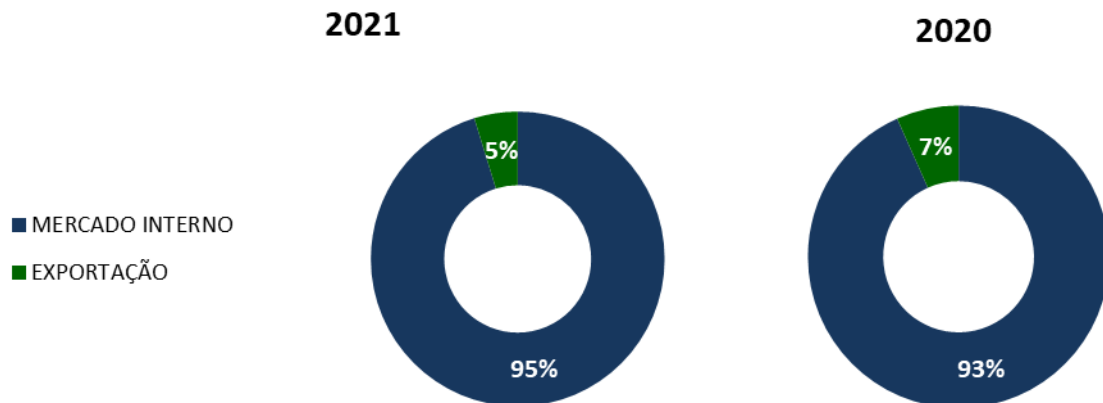
Faturamento líquido

R\$ Mil	2021	2020	Var %
Privado	140.831	141.696	-0,6%
Exportação	12.479	15.310	-18,5%
Governo	98.800	59.959	64,8%
PDP'S (Parcerias de Desenv. Produtivo)	8.736	12.187	-28,3%
Receita Líquida de Vendas	260.846	229.152	13,8%

A receita líquida acumulada, ao final de 2021, alcançou R\$ 260,8 milhões, representando um aumento de 13,8% em comparação com o ano anterior, quando atingiu R\$ 229,2 milhões.

O mercado nacional apresentou aumento de receita no segmento governamental, principalmente por conta da elevação no volume de venda dos antirretrovirais, dentre eles o Sulfato de Atazanavir, desenvolvido pela Companhia nos últimos anos, fruto das expansões de capacidade realizadas e investimentos em P&D. Este IFA passou a ser comercializado pela Nortec Química em 2020 e tem apresentado demanda crescente por parte do Sistema Único de Saúde, através de Farmanguinhos.

A receita de vendas oriunda do Mercado Externo apresentou redução de 18,5% em comparação com o resultado de 2020, representando 4,8% na receita total da Companhia. Essa queda se deve, em parte, à proibição de exportação de um IFA que é usado na intubação de pacientes com COVID-19. Os produtos com maior representatividade nas exportações do exercício foram Prilocaína e Espironolactona. A expectativa para o ano de 2022 é de crescimento das vendas neste segmento.



Lucro Bruto e Margem Bruta

R\$ Mil	2021	2020	Var %
Receita Líquida de Vendas	260.846	229.152	13,8%
CPV	(184.194)	(155.804)	18,2%
Lucro Bruto	76.652	73.348	4,5%
Margem Bruta	29,4%	32,0%	-2,6 p.p

O lucro bruto da Companhia aumentou em 4,5%, no resultado acumulado de 2021 em comparação com o ano anterior, consequente da expansão da receita líquida do exercício, permitida pelos investimentos realizados em melhorias operacionais e expansões de capacidade. A margem bruta da empresa reduziu 2,6 p.p. quando comparada ao mesmo período do ano anterior, impactada, principalmente, pelo mix de produtos.

Despesas/Receitas Operacionais

R\$ Mil	2021	2020	Var %
Despesas Administrativas e Vendas	(30.422)	(24.976)	21,8%
Participações nos Lucros e Resultados	(421)	(1.151)	-63,4%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(1.420)	600	-336,7%
Despesas/Receitas Operacionais	(32.263)	(25.527)	26,4%
Despesas e Receitas Operacionais/R.L.	-12,4%	-11,1%	-1,2 p.p

As despesas operacionais atingiram R\$ 32,3 milhões ao final de 2021, representando um aumento de 26,4% em relação ao exercício anterior. Dentre estes gastos estão despesas extraordinárias relacionadas à alteração societária, concretizada em maio/21, já divulgada ao mercado. Além disso, o aumento de despesas está relacionado ao constante investimento em Pesquisa & Desenvolvimento e Assuntos Regulatórios, seguindo as diretrizes do Planejamento Estratégico da Companhia, que visa melhoria do nível de serviço, o desenvolvimento de novos produtos e a consequente renovação de portfólio, além da busca permanente pela estabilidade das operações através das melhorias contínuas em eficiência interna. Outro impacto relevante foram provisões alocadas em outras despesas operacionais.

EBITDA

R\$ Mil	2021	2020	Var %
Lucro Líquido	35.964	29.468	22,0%
IRPJ/CSLL	5.661	12.672	-55,3%
Resultado Financeiro Líquido	2.764	5.681	-51,3%
Outras Receitas	(2.192)	(600)	265,3%
Depreciação e amortização	5.215	5.383	-3,1%
EBITDA	47.412	52.604	-9,9%
Receita Líquida de Vendas	260.846	229.152	13,8%
(EBITDA/R.L)	18,2%	23,0%	-4,8 p.p

A geração operacional de caixa ao final de dezembro de 2021, medida pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), foi de R\$ 47,4 milhões positivos, o que representou 18,2% da receita líquida do exercício.

Resultado Financeiro

R\$ Mil	2021	2020	Var %
Receitas Financeiras	753	305	146,9%
Despesas Financeiras	(4.376)	(2.161)	102,5%
Resultado Cambial Líquido	859	(3.825)	-122,5%
Resultado Financeiro Líquido	(2.764)	(5.681)	-51,3%

O resultado financeiro líquido ao final de 2021 foi negativo em R\$ 2,8 milhões, uma variação positiva em relação aos R\$ 5,7 milhões negativos do ano anterior, devido, principalmente, ao resultado cambial apurado no exercício.

As Receitas Financeiras atingiram R\$ 753 mil, sendo a maior parte proveniente de aplicações financeiras. As Despesas Financeiras representaram R\$ 4,4 milhões, sendo em sua maioria oriundas dos juros sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia para financiar seus investimentos na Unidade de Oncológicos junto à FINEP, e aumento de capacidade da Unidade 280 aliado à expansão de laboratórios junto ao BNDES.

Liquidez e Endividamento

R\$ Mil	2021	2020	Var %
Empréstimos e Financiamentos	43.096	27.915	54,4%
Disponibilidade Financeira	42.878	32.189	33,2%
Dívida Líquida (-) ou Caixa Líquido (+)	(218)	4.274	-105,1%
EBITDA	47.412	52.604	-9,9%
(Dívida/Caixa Líquido)/EBITDA	-0,5%	8,1%	-8,6 p.p

A disponibilidade financeira, no final de dezembro de 2021, foi de R\$ 42,9 milhões (R\$ 32,2 milhões em Dez/2020), representando um aumento de 33,2% em relação à posição de dezembro/2020. As aplicações financeiras representam 30% desta disponibilidade.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos totalizavam o montante de R\$ 43,1 milhões, estando R\$ 1,9 milhões registrados no passivo circulante e R\$ 41,2 milhões no passivo não circulante, obtidos por meio de contratos de financiamentos de longo prazo com o BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, com a finalidade de garantir projetos de expansão da Unidade 280 e de laboratórios. Além destes, existe o financiamento obtido junto à FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) em 2019, visando o aumento de capacidade para novos desenvolvimentos na área de Pesquisa & Desenvolvimento e Inovação.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava dívida líquida de 218 mil. O perfil da dívida é de longo prazo, o que permite uma gestão conservadora do caixa, vide o cronograma de amortização abaixo, em R\$ mil.

Cronograma amortização (R\$/mil)	2022	2023-25	2026-29	>2030	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.916	14.794	21.060	5.327	43.096

Patrimônio Líquido

R\$ Mil	2021	2020	Var %
Patrimônio Líquido	184.132	156.710	17,5%

PL/Ações (BRL)		
2021	2020	Varição
15,50	13,19	2,31

Ao final do quarto trimestre de 2021, o patrimônio líquido da companhia atingiu R\$ 184,1 milhões (R\$ 15,50 por ação), 17,5% superior ao patrimônio líquido alcançado em dezembro de 2020 (R\$ 156,7 milhões e R\$ 13,19 por ação).

A variação positiva do patrimônio líquido é decorrente do lucro líquido apurado no exercício.

Relacionamento com os Auditores

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, cumpre-se informar que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os Auditores Independentes da Companhia não foram contratados para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Nortec Química S.A., em atenção ao disposto nos incisos V e VI do Art. 25 da Instrução CVM 480/09, declara que revisou, discutiu e concordou com (i) as opiniões expressas no

Relatório dos Auditores Independentes e (ii) as Informações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Agradecimentos

A Nortec Química S.A., sempre pautada em seu modelo de Gestão Participativa por Objetivos, que resulta em reuniões frequentes de treinamentos, com talentos próprios nos diversos níveis hierárquicos da Empresa, registra seus agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso obtido no exercício, em especial a seus clientes, colaboradores e acionistas.

Agradece, em adição, às Instituições e Universidades que alicerçam um trabalho de oxigenação tecnológica, através de contratos de Cooperação Tecnológica, desde a sua fundação.

A Diretoria.

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	30.125	23.888	Fornecedores	13	22.569	13.584
Aplicações financeiras	8	12.753	8.301	Empréstimos e financiamentos	14	1.916	4.090
Contas a receber	9	58.643	41.011	Obrigações sociais e trabalhistas	16	4.126	3.511
Estoques	10	58.600	54.424	Obrigações fiscais	17	2.452	4.766
Impostos a recuperar	11	7.829	3.497	Dividendos a pagar	19	7.903	6.054
Despesas antecipadas		319	137	Participações a pagar		421	1.151
Adiantamento Fornecedores		3.708	1.101	Débito p/Devoluções de Clientes		2.640	524
Outros		529	39	Adiantamento de Clientes		120	341
				Outros		139	828
Total do ativo circulante		<u>172.506</u>	<u>132.398</u>	Total do passivo circulante		<u>42.286</u>	<u>34.849</u>
Não circulante				Não circulante			
Outros		64	103	Empréstimos e financiamentos	14	41.180	23.825
				Provisão para contingências	18	-	90
Imobilizado	12	<u>95.547</u>	<u>83.741</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	519	768
				Total do passivo não circulante		<u>41.699</u>	<u>24.683</u>
Total do ativo não circulante		<u>95.611</u>	<u>83.844</u>	Patrimônio líquido	20		
				Capital social		89.230	68.235
Total do ativo		<u>268.117</u>	<u>216.242</u>	Reserva de retenção de lucros		66.157	79.068
				Reserva legal		11.205	9.407
				Reserva de Incentivo Fiscal		17.540	-
				Total do patrimônio líquido		<u>184.132</u>	<u>156.710</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>268.117</u>	<u>216.242</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Operacionais Líquidas			
Receita líquida de vendas	22	260.846	229.152
Custo dos produtos vendidos	23	(184.194)	(155.804)
		<u>76.652</u>	<u>73.348</u>
Lucro bruto			
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com Vendas	24	(916)	(759)
Despesas Gerais e Administrativas	24	(29.927)	(25.368)
Outras despesas (receitas) operacionais	24	(1.420)	600
		<u>44.389</u>	<u>47.821</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras			
		<u>44.389</u>	<u>47.821</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	753	305
Despesas financeiras		(4.376)	(2.161)
Variação cambial líquida		859	(3.825)
		<u>(2.764)</u>	<u>(5.681)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas			
		<u>(2.764)</u>	<u>(5.681)</u>
Resultado antes dos impostos			
		<u>41.625</u>	<u>42.140</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(5.910)	(12.427)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	249	(245)
		<u>35.964</u>	<u>29.468</u>
Lucro líquido do exercício			
		<u>35.964</u>	<u>29.468</u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	28	<u>3,0280</u>	<u>2,4962</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
	explicativa		
Lucro líquido do exercício		<u>35.964</u>	<u>29.468</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>35.964</u>	<u>29.468</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de Lucros				Total Patrimônio Líquido	
		Capital social	Reserva Legal	Incentivos Fiscais	Retenção de lucros		Lucros acumulados
Saldo em 1° de janeiro de 2020		68.235	7.934	-	58.072	-	134.241
Lucro líquido do exercício						29.468	29.468
Reserva Legal			1.473	-		(1.473)	-
Juros sobre capital próprio						(6.300)	(6.300)
Dividendos mínimos obrigatórios						(699)	(699)
Constituição de reservas		-	-	-	20.996	(20.996)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		68.235	9.407	-	79.068	-	156.710
Transf. Das Reservas de Lucros p/aumento do Capital, conf. A.G.O. e A.G.E. de 28/04/2021		20.995	-	-	(20.995)	-	-
Lucro líquido do exercício						35.964	35.964
Reserva Legal			1.798	-	-	(1.798)	-
Reserva de Incentivos Fiscais (ICMS – Convênio 10/2002)				17.540		(17.540)	-
Dividendos a pagar						(1.042)	(1.042)
Juros sobre capital próprio a pagar						(7.500)	(7.500)
Constituição de reserva					8.084	(8.084)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20	89.230	11.205	17.540	66.157	-	184.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		35.964	29.468
Ajustes:			
Depreciação	12	5.215	5.383
Constituição/(Reversão) para perda nos Estoques	10	3.151	(94)
(Reversão) para Contingência Trabalhista	18	(90)	(31)
Provisão de PCLD	9	(12)	120
Baixa de Ativo Permanente	12	-	602
Juros sobre empréstimos	14	1.561	1.343
Variações em:			
Contas a receber		(17.620)	(9.747)
Estoques		(7.327)	1.024
Impostos a recuperar (i)		4.354	7.119
Outros ativos		(3.241)	(425)
Fornecedores		8.985	(9.741)
Obrigações sociais e trabalhistas		615	(93)
Obrigações fiscais		(2.314)	2.981
Outros passivos		226	1.115
Pagamento de Impostos (IRPJ/CSLL)		(9.324)	(8.252)
(i) Líquido do Pagamento de Impostos (IRPJ/CSLL)			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		20.143	20.772
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado	12	(15.675)	(14.450)
Aplicações Financeiras		(4.452)	2.218
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(20.127)	(12.232)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	14	19.690	7.330
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	14	(4.239)	(5.658)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(3.177)	(1.386)
Pagamento de Dividendos e JCP	20	(6.053)	(3.286)
Caixa líquido obtido/ (consumido) nas atividades de financiamento		6.221	(3.000)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		6.237	5.540
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	23.888	18.348
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		30.125	23.888
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		6.237	5.540

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	283.939	247.020
Outras receitas	1.529	725
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(141.627)	(115.297)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(31.044)</u>	<u>(24.321)</u>
Valor adicionado bruto	<u>112.797</u>	<u>108.127</u>
Depreciação e amortização	<u>(5.215)</u>	<u>(5.383)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>107.582</u>	<u>102.744</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	914	466
Variação cambial ativa	7.475	9.069
Outros	874	-
Valor adicionado total a distribuir	<u>116.845</u>	<u>112.279</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	21.615	19.994
Benefícios	11.068	9.148
FGTS	1.716	1.563
	<u>34.399</u>	<u>30.705</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federal	16.767	22.018
Estadual	17.727	14.287
Municipal	58	-
	<u>34.552</u>	<u>36.305</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	4.376	2.161
Aluguéis	939	746
Variação cambial passiva	6.616	12.894
	<u>11.931</u>	<u>15.801</u>
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	7.500	6.300
Dividendos	1.041	699
Lucros retidos	27.422	22.469
	<u>35.963</u>	<u>29.468</u>
Valor Adicionado total distribuído	<u>116.845</u>	<u>112.279</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades da Nortec Química S.A. (“Nortec” ou “Companhia”) compreendem basicamente a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmoquímicos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de produtos, prestação de serviços de assistências técnicas nas áreas comercial, tecnológica e de produção de terceiros. Está localizada na Rua Dezessete, 200 A, B, C e D, no Distrito Industrial Mantiqueira Duque de Caxias em Xerém, cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta na Categoria “A” na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essa categoria autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários.

1.1 Liberação de recursos proveniente do financiamento BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

Em novembro de 2018, a Nortec firmou um contrato de financiamento com o BNDES para projetos de expansão para o Triênio 2019-2021 no valor de R\$ 26.328. O contrato de financiamento BNDES-Nortec foi subdividido em seis subcréditos para as seguintes finalidades: Plano de Inovação, Reforma P&D, Expansão da capacidade produtiva, Implantação do novo prédio administrativo, Implantação da subestação de energia e Implantação dos galpões de armazenamento. Nos dias 15 de fevereiro de 2019, 06 de setembro de 2019, 08 de novembro de 2019, 11 de agosto de 2020, 16 de dezembro de 2020, 20 de agosto de 2021 a Companhia recebeu parte dos recursos relacionados a quatro subcréditos. Em 28 de outubro de 2021, a Nortec assinou novo contrato com o BNDES para a suplementação do subcrédito da Expansão da Unidade produtiva U-280, no valor de R\$ 17.191, que foi recebido em 28 de dezembro de 2021.

1.2 Extensão do prazo para composição do percentual de ações em circulação no mercado.

Em janeiro de 2020, a Nortec enviou um pedido à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para prorrogação do prazo do contrato de participação no Bovespa Mais, que encerrar-se-ia em 31 de janeiro de 2020. Em 29 de janeiro de 2020 o Órgão regulatório enviou um memorando nº 003/2020-PRE deferindo a solicitação da Companhia, estendendo o prazo até, no máximo, 30 de setembro de 2020.

Em 27 de setembro de 2020, com a aproximação da data limite para composição do percentual mínimo de ações em circulação no mercado, foi submetido à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, um novo pleito de extensão de prazo, a fim de garantir a conclusão satisfatória das tratativas conduzidas pela Companhia para sua adequação aos regulamentos estabelecidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – e CVM. Em 12 de novembro de 2020, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão deferiu em caráter extraordinário o pedido formulado pela Companhia, para a extensão de prazo para composição do Percentual Mínimo de Ações em Circulação, conforme definido no

Regulamento de Listagem do Bovespa Mais, até o prazo máximo de 26 de fevereiro de 2021 (“Prazo de Composição do *Free Float*”). Diante a segunda onda de pandemia de Covid-19, que, dentre outras consequências, mantém as partes trabalhando em regime de home office e a realização de reuniões de forma virtual, o que impacta a execução dos passos necessários para a conclusão da operação, novamente a Companhia solicitou revisão do prazo de Composição do Percentual Mínimo de Ações em Circulação. Assim sendo, diante dos argumentos apresentados, das particularidades do caso e especialmente pela comprovação do progresso para a alienação das ações que garantiriam o *free float* mínimo da Companhia, em cumprimento ao Regulamento do Bovespa Mais, a Diretoria de Emissores comunicou a decisão tomada pelo Presidente da B3, em 14 de dezembro de 2020, pelo deferimento do pedido.

Em 20 de maio de 2021, a Companhia informou ao mercado em geral, o pedido de migração da Companhia do segmento especial de listagem denominado Bovespa Mais para o segmento de listagem Básico (“Pedido de Migração”), tendo sido aprovada, na ocasião, a dispensa da oferta pública para a aquisição de ações da Companhia em razão da saída do segmento de listagem Bovespa Mais. A Companhia recebeu o deferimento através do ofício nº 283/2021-DIE.

Em 24 de maio de 2021, a Companhia iniciou os negócios no Segmento Básico.

1.3 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre essas demonstrações financeiras.

Em virtude da pandemia do Novo Corona Vírus, a Companhia adotou as diversas ações para a prevenção dos seus colaboradores e prestadores de serviço, todas de acordo com os protocolos da OMS e da Fundação Oswaldo Cruz (Fio Cruz).

Em 19 de março de 2020 foi criado um comitê responsável para tratar dos assuntos relacionados à COVID-19, que implementou diversas medidas para reduzir ao máximo o risco de contaminação, dentre delas a distribuição de máscaras, álcool em gel em todas as salas, limitação de pessoas no refeitório obedecendo o distanciamento recomendado pela OMS, todos os colaboradores e visitas tiveram suas temperaturas corporais medidas, aumento na higienização de todas as áreas da Companhia, testagem em todos os funcionários com sintomas e demais protocolos recomendados pela da Fio Cruz e Ministério da Saúde.

Na data de 25 de março de 2020, o comitê seguindo orientações do médico (Infectologista), que cuida da medicina do trabalho na Companhia há mais de 30 anos, adotaram as seguintes ações: Início de palestras informando sobre os cuidados necessários para prevenção do COVID-19 e avaliação para a escolha da empresa de serviço de enfermagem que atuará 24h, durante 7 dias por semana, para atender todos os funcionários da Companhia. Em 26 de março de 2020 a Companhia fechou o processo seletivo com a empresa de enfermagem, com a anuência do médico (Infectologista). Em seguida ele se reuniu com os profissionais da empresa de enfermagem passando todas as orientações sobre o assunto de acordo com as recomendações do conselho federal de infectologia e as diretrizes compatíveis da Fio Cruz e Ministério da Saúde.

No mês de dezembro o departamento de Recursos Humanos da Companhia fez um levantamento dos colaboradores que se imunizaram contra o COVID-19 com a 1^o e 2^o dose e foi verificado

que aproximadamente 100% do quadro de funcionários já foram vacinados, porém a Companhia continua com todas as medidas de segurança recomendadas pela OMS e do Ministério da Saúde.

Devido à área de atuação da Companhia ser de suma importância na cadeia farmacêutica e para o Sistema Único de Saúde (SUS), não houve impactos nas vendas e margens operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A administração continua a ter uma expectativa positiva quanto aos recursos necessários para passar por este período sem oscilações, ao mesmo tempo em que a base contábil da continuidade operacional permanece apropriada. A pandemia da COVID-19 não gerou impactos negativos nos desempenhos econômico e financeiro da Companhia durante o ano de 2021, bem como não afetou sua liquidez.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 37.552. As unidades fabris continuaram em pleno funcionamento, em seus turnos normais, tendo a Administração adotado, através do Comitê para gerenciamento da COVID-19, uma série de medidas validadas pelos protocolos do Ministério da Saúde, de modo a garantir a segurança de todos os seus funcionários. Vale ressaltar que a Companhia não desligou, reduziu a jornada nem a remuneração de nenhum de seus colaboradores em virtude da COVID-19.

Diante do aumento no faturamento, que ocasionou um resultado superior ao do exercício de 2020, e o funcionamento normal de suas unidades fabris, a Administração entende não haver a necessidade da realização dos testes de recuperabilidade em seus ativos imobilizados e redução dos seus ativos financeiros.

1.4 Celebração de Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) e Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP Alta”)

Conforme “Fato Relevante” divulgado em 1º de outubro de 2020, foi celebrado nesta mesma data, um Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) e Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP Alta”), para alienação de 2.375.479 (dois milhões, trezentas e setenta e cinco mil, quatrocentas e setenta e nove) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia de propriedade do BNDESPAR ao FIP Alta (“Contrato”), representando, nesta data, 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Companhia e a totalidade da participação acionária detida pelo BNDESPAR no capital social da Companhia (“Operação”).

Na data de 08 de março de 2021, foi publicado no Diário Oficial da União (“DOU”) o despacho de aprovação, sem restrições, do ato de concentração submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”).

Na data de 24 de março de 2021, foi emitida a certidão de trânsito em julgado da solicitação ao CADE, formalizando em definitivo a aprovação, sem restrições, da operação. Com isso, a condição precedente referente à obtenção da autorização do CADE pode ser considerada cumprida pelas partes.

Em 20 de maio de 2021, a Companhia informou ao mercado em geral que, nesta data, foi assinado o distrato do atual Acordo de Acionistas da Companhia e a celebração de um novo Acordo de Acionistas.

Além disso, o FIP Alta adquiriu mais 356.322 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e duas) ações de um outro acionista que corresponde a 3% (três por cento) do capital social votante e total da Companhia.

Desse modo, a FIP Alta passou a ser titular de 2.613.028 (dois milhões, seicentos e treze mil, vinte e oito) ações ordinárias e sem valor nominal e 118.773 (cento e dezoito mil, setecentos e setenta e três) ações preferenciais e sem valor nominal, equivalentes, a 23% (vinte e três por cento) do total das ações da Companhia.

2 Apresentação e base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com o IASB

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de março de 2022.

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício de relatório, através do resultado.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 6.

3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

4.1 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. As vidas úteis definidas para os bens do ativo imobilizado, foram definidas nos laudos técnicos emitidos por engenheiros externos, e revisados a cada três anos ou quando ocorrer algum evento que possa indicar mudança significativa de vida útil.

4.2 Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando: i) a Companhia tem, uma obrigação presente ou formalizada como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e iii) o valor puder ser mensurado com segurança. As provisões são mensuradas a valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

As contingências são analisadas pela Administração, fundamentada na avaliação e dos seus assessores jurídicos.

4.3 Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas

A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões na esfera administrativa /judicial. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

4.4 Provisão para PCLD

A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

4.5 Provisão para perdas de estoques

As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são analisadas periodicamente e contabilizadas quando aplicável.

4.6 Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos

regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa 21.

5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

5.1 Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

- **Reforma da IBOR** - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a:
 - (i) **Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.
 - (ii) **Relações de *hedge*:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.
- **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

As alterações mencionadas acima não produziram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando diferentemente demonstrado.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

6.2 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. A provisão para perdas com créditos é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

6.3 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) as obrigações de desempenho são satisfeitas ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente. (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Adicionalmente, é necessária que as especificações técnicas requeridas em contrato que são estabelecidas por padrões globais, e que tem referência no manual farmacêutico (Farmacopéia), procedimento usual neste segmento de negócio sejam satisfeitas. A Companhia emite um certificado de análise que consta todos os testes, resultados e as especificações de acordo com as referências descritas no parâmetro Global. Ao término do processo de validação dos produtos, pelo departamento de controle de qualidade, os produtos são liberados para o faturamento. O parágrafo B84 do CPC47 estabelece esta previsibilidade como prática aceitável no reconhecimento de vendas. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, conforme nota explicativa 22.

6.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.5 Subvenções para investimento

A Companhia tem incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais do Rio de Janeiro através do Convênio ICMS nº 10/2002, a Companhia é beneficiária da isenção do ICMS nas operações com medicamento destinado ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS. O referido benefício encontra-se de acordo com os termos da Lei Complementar nº 24/75, uma vez que foi concedido através de convênio celebrado entre Estados e o Distrito Federal.

Com fundamento na Lei Complementar no 160/2017, os governos estaduais celebraram o Convênio ICMS 190/2017, remetindo e anistiando os créditos tributários do ICMS decorrentes dos benefícios fiscais desse imposto, instituídos por legislação estadual publicada até 8 de agosto de 2017, em desacordo com a Constituição Federal, desde que referidos poderes tributantes cumpram determinadas exigências, nos prazos determinados.

O valor da subvenção para investimento será excluída da base de apuração do Lucro Real (IRPJ e CSLL), de acordo com o artigo 30 da Lei nº 12.973/14, também não pode ser distribuído aos acionistas como dividendos, motivo pelo qual o valor anual do benefício foi transferido da rubrica

de lucros acumulados para a reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido. Esta reserva somente pode ser utilizada para incorporar-se ao capital social ou para absorção de prejuízos.

6.6 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

6.7 Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

6.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

6.9 Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de

um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

6.10 Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve indicador de não recuperabilidade dos ativos.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC).

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.11 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são analisadas periodicamente e contabilizadas quando aplicável.

6.12 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

6.14 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria “passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado”.

6.14.1 *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.14.2 Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros quanto nas características de fluxo de caixa contratual do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, são mantidos pela Companhia para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor principal e juros, quando aplicável aos ativos financeiros, menos qualquer redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	9.558	7.882
Aplicações financeiras em fundos de investimento (i)	<u>20.567</u>	<u>16.006</u>
	<u><u>30.125</u></u>	<u><u>23.888</u></u>

- (i) Referem-se a quotas de fundos de investimento com resgate automático e sem carência, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

8 Aplicações financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Certificados de Depósitos Bancários - CDB		
Banco Itaú	3.931	4.994
Banco Santander	1.239	-
Banco do Brasil	4.129	-
Banco Bradesco S/A	<u>3.454</u>	<u>3.307</u>
	<u><u>12.753</u></u>	<u><u>8.301</u></u>

As aplicações financeiras descritas no quadro acima possuem vencimentos superiores a 90 dias, contudo, podem ser resgatadas a qualquer momento e estão apresentadas no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

As aplicações financeiras são remuneradas mensalmente por taxas de 97% a 100,5% (97% a 100,5% em 2020) do CDI.

9 Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes nacionais (i)	56.989	40.459
Clientes estrangeiros	1.912	822
Provisão de PCLD	(258)	(270)
	<u>58.643</u>	<u>41.011</u>

- (i) Os valores de contas a receber que encontram-se vencidos, referem-se a uma série de clientes que não têm histórico de inadimplência. Os principais clientes representam, em 31 de dezembro de 2021, cerca de 73% do saldo de contas a receber de clientes nacionais (83% em 31 de dezembro de 2020). A Companhia tem por política de negociação de recebimento de clientes o prazo de 90 dias para o mercado privado nacional.

Saldos por vencimento do contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	47.129	27.759
Vencidos até 30 dias	5.832	10.028
Vencidos de 31 até 60 dias	5.539	3.281
Vencidos de 61 até 120 dias	214	-
Vencidos de 121 até 180 dias	2	-
Vencidos acima de 180 dias	185	213
	<u>58.901</u>	<u>41.281</u>

A provisão para perdas esperadas do contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi determinada da seguinte forma:

	A vencer	Com 30 dias em atraso	Com 60 dias em atraso	Com 90 dias em atraso	Com mais de 90 dias em atraso	Perdas realizadas a 100%	Total
Clientes Nacionais – Privados							
31 de dezembro de 2021							
Taxa de perdas esperadas - %	0,02	0,31	0,62	0,92	3,75	100	
Contas a receber de clientes	43.695	3.619	-	-	-	35	47.349
Provisão para perdas	(9)	(12)	-	-	-	(35)	(56)
Clientes Nacionais - Governo							
31 de dezembro de 2021							
Taxa de perdas esperadas - %	0,02	0,31	0,62	0,92	3,75	100	
Contas a receber de clientes	2.168	2.108	5.363	-	-	-	9.639
Provisão para perdas	-	(7)	(34)	-	-	-	(41)

**Cientes Privados -
Estrangeiros**

31 de dezembro de 2021

Taxa de perdas esperadas - %	0,02	0,31	0,62	0,92	3,75	100	
Contas a receber de clientes	1.265	105	176	10	204	152	1.912
Provisão para perdas	-	-	(1)	-	(8)	(152)	(161)
<hr/>							
Total de Provisão para perdas - 2021							<u>(258)</u>

**Cientes – Nacionais -
Privados**

31 de dezembro de 2020

Taxa de perdas esperadas - %	0,02	0,31	0,62	0,92	3,75	100	
Contas a receber de clientes	16.010	1.368	-	-	-	19	17.397
Provisão para perdas	(3)	(4)	-	-	-	(19)	(26)

**Cientes Nacionais -
Governo**

31 de dezembro de 2020

Taxa de perdas esperadas - %	0,02	0,31	0,62	0,92	3,75	100	
Contas a receber de clientes	11.407	8.374	3.281	-	-	-	23.062
Provisão para perdas	(2)	(27)	(20)	-	-	-	(49)

**Cientes Privados -
Estrangeiros**

31 de dezembro de 2020

Taxa de perdas esperadas - %	0,02	0,31	0,62	0,92	3,75	100	
Contas a receber de clientes	342	286	-	-	-	194	822
Provisão para perdas	-	(1)	-	-	-	(194)	(195)

Total de Provisão para perdas - 2020

(270)

A constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa foi registrada no resultado do exercício como “Despesas com Vendas”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Em 31 de dezembro de 2021 a provisão de PCLD é de R\$ 258 (R\$ 270 em 31 de dezembro de 2020).

	Provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/2020	270
Adições no exercício	603
Reversões no exercício	<u>(615)</u>
Saldo em 31/12/2021	258

	Provisão para Perdas com crédito de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/2019	150
Adições no exercício	811
Reversões no exercício	(691)
Saldo em 31/12/2020	270

10 Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	28.135	29.168
Produtos em processo	995	4.403
Produtos para revenda	98	1.384
Matérias-primas	28.187	18.671
Almoxarifado	1.185	798
	58.600	54.424

A Administração da Companhia revisa periodicamente a provisão para perdas nos estoques de produtos acabados. O valor da provisão para perda em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.062 (R\$ 194 em 31 de dezembro de 2020). Os estoques estão apresentados líquidos da provisão para perdas.

	Provisão para perdas nos Estoques
Saldo em 31 de dezembro de 2020	194
Adições (a)	4.079
Reversões	(1.211)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.062
	Provisão para perdas nos Estoques
Saldo em 31 de dezembro de 2019	288
Adições	608
Reversões	(702)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	194

(a). O aumento na provisão se deve a uma pequena parte dos estoques de produtos acabados sem movimentações nos últimos dois anos e de produtos que foram produzidos na planta de pequena escala, por se tratarem em sua maioria de desenvolvimentos, com lotes menores e, conseqüentemente, mais caros do que se fossem produzido nas plantas de maior capacidade,

ficando assim com custo mais alto do que seus valores de venda. Assim, em consonância com a política interna, elaborada de acordo com as normas contábeis (CPC-16), a Administração decidiu fazer a provisão do estoque.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a provisão para os estoques deteriorados, obsoletos ou lenta rotação. O valor dessa provisão para perda em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 283 (não houve provisão em 31 de dezembro de 2020).

	Provisão para perdas nos Estoque
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Adições	283
Reversões	(-)
	283
Saldo em 31 de dezembro de 2021	283

11 Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
CSLL	2.218	1.387
IRPJ	3.403	393
PIS	298	228
COFINS	1.337	1.043
IRRF	-	49
IPI	40	66
ICMS	501	298
Outros	32	33
	7.829	3.497

12 Imobilizado

31/12/2021				
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	2.105	-	2.105
Instalações	10%	53.933	(11.142)	42.791
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	40.333	(22.711)	17.622
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.565	(1.313)	252
Veículos	10% a 20%	534	(396)	138
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	5.288	(4.067)	1.221
Imobilizado em andamento	-	29.296	-	29.296

Nortec Química S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

Outros	4% a 20%	4.653	(2.531)	2.122
		<u>137.707</u>	<u>(42.160)</u>	<u>95.547</u>

31/12/2020

	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	2.105	-	2.105
Instalações	10%	53.841	(9.864)	43.977
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	37.238	(19.663)	17.575
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.527	(1.166)	361
Veículos	10% a 20%	445	(327)	118
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	5.142	(3.492)	1.650
Imobilizado em andamento	-	15.854	-	15.854
Outros	4% a 20%	4.549	(2.448)	2.101
		<u>120.701</u>	<u>(36.960)</u>	<u>83.741</u>

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	2.105	-	-	-	2.105
Instalações	53.841	-	-	92	53.933
Máquinas e equipamentos	37.238	85	(10)	3.020	40.333
Móveis e utensílios	1.527	22	(5)	22	1.566
Veículos	445	-	-	89	534
Equipamentos de informática	5.142	88	-	57	5.287
Imobilizado em andamento (i)	15.854	16.802	-	(3.360)	29.296
Outros	4.549	24	-	80	4.653
	<u>120.701</u>	<u>17.021</u>	<u>(15)</u>	<u>-</u>	<u>137.707</u>

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	2.105	-	-	-	2.105
Instalações	53.049	-	-	792	53.841
Máquinas e equipamentos	33.465	858	(232)	3.147	37.238
Móveis e utensílios	1.495	31	(3)	4	1.527
Veículos	445	-	-	-	445
Equipamentos de informática	4.329	244	(50)	619	5.142
Imobilizado em andamento (i)	8.271	13.716	(394)	(5.739)	15.854
Outros	3.324	48	-	1.177	4.549
Total	106.483	14.897	(679)	-	120.701

- (i) Os gastos registrados na conta de imobilizado em andamento possuem a seguinte composição:

O aumento do Imobilizado em andamento se deve principalmente pela expansão da Unidade Fabril U-280, permitindo que a Companhia tenha um aumento da sua capacidade produtiva, a conclusão está previsto para o segundo trimestre de 2022.

	31/12/2021	31/12/2020
Obras Cíveis	8.452	5.280
Equipamentos	14.069	7.740
Materiais	3.478	2.252
Montagem	3.009	349
Outros	288	233
Total	29.296	15.854

Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Instalações	(9.864)	(1.278)	-	(11.142)
Máquinas e equipamentos	(19.663)	(3.058)	10	(22.711)
Móveis e utensílios	(1.166)	(152)	5	(1.313)
Veículos	(327)	(69)	-	(396)
Equipamentos de informática	(3.492)	(575)	-	(4.067)
Outros	(2.448)	(83)	-	(2.531)
Total	(36.960)	(5.215)	15	(42.160)

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Instalações	(8.670)	(1.194)	-	(9.864)
Máquinas e equipamentos	(16.541)	(3.196)	74	(19.663)
Móveis e utensílios	(985)	(184)	3	(1.166)
Veículos	(267)	(60)	-	(327)
Equipamentos de informática	(2.808)	(684)	-	(3.492)
Outros	(2.383)	(65)	-	(2.448)
Total	(31.654)	(5.383)	77	(36.960)

Em 31 de dezembro de 2021, parte do ativo imobilizado no montante de R\$ 61.330 (R\$ 61.330 em 31 de dezembro de 2020), a valor de custo, está dado em garantia ao empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Conforme descrito na nota 14.

13 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	8.583	2.828
Fornecedores estrangeiros (i)	13.986	10.756
	22.569	13.584

- (i) Refere-se substancialmente a compra de matéria-prima importada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os principais produtos comprados foram: Metil Carboxi-Imidazol e Canrenona. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram: Tenofovir e Metil Carboxi-Imidazol. Com o objetivo de atender a demanda esperada para o ano de 2022, a Companhia efetua uma programação de pedidos de compras de matérias-primas que serão utilizadas no processo de produção para venda durante o ano vigente. A Administração adota a política de negociação de prazos de pagamentos com os fornecedores superior a 60 dias.

14 Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou contratos de financiamento com o objetivo de financiar pesquisa e desenvolvimento e expansão do parque industrial, conforme descrito abaixo:

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros capitalizado s	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2021
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (i)	1,5% a 4,50%	1.436	-	-	20	(23)	(1.433)	-
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (i)	1,5% + TJLP	978	-	-	19	(22)	(975)	-
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (i)	3,50%	429	-	-	5	(6)	(428)	-
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/018 A (ii)	2,36% + TJLP	1.351	-	-	45	(49)	(1.347)	-
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/026 B (ii)	2,36% + TJLP	56	-	-	2	(2)	(56)	-
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/068 A (iii)	3,10% +1,13%+ TLP	3.434	589	-	528	(592)	-	3.959
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/017 B (iii)	3,10%+ 1,13%+ TLP	1.466	1.051	-	273	(306)	-	2.484
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/025 C (iii)	3,10%+1,13% + TLP	8.544	912	1.320	-	(1.444)	-	9.332
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/025 E (iii)	3,10%+1,13% + TLP	3.058	-	-	449	(513)	-	2.994
BNDES - Contrato - 21.9.0101.1/013 S (iv)	3,10% +1,5%+ TLP	-	13.627	25	-	-	-	13.652
BNDES - Contrato - 21.9.0101.1/013 S (iv)	3,54% +1,5%+ TLP	-	3.511	1	-	-	-	3.512
Finep - Contrato - 09.19.0010.00 (v)	6% ou TJLP	7.163	-	-	220	(220)	-	7.163
		27.915	19.690	1.346	1.561	(3.177)	(4.239)	43.096
Circulante		4.090						1.916
Não Circulante		23.825						41.180
		27.915						43.096

Nortec Química S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2019	Captação	Juros capitalizado s	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2020
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (i)	1,5% a 4,50%	3.589	-	-	113	(116)	(2.150)	1.436
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (i)	1,5% + TJLP	2.445	-	-	108	(113)	(1.462)	978
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (i)	3,50%	1.072	-	-	26	(26)	(643)	429
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/018 A (ii)	2,36% + TJLP	2.703	-	-	142	(147)	(1.347)	1.351
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/026 B (ii)	2,36% + TJLP	112	-	-	6	(6)	(56)	56
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/068 A (iii)	3,10% +1,13%+ TLP	2.298	1.079	-	243	(186)	-	3.434
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/017 B (iii)	3,10%+1,13% + TLP	1.078	363	-	118	(93)	-	1.466
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/025 C (iii)	3,10% +1,13% TLP	3.471	4.906	361	-	(194)	-	8.544
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/025 E (iii)	3,10% +1,13% TLP	2.020	982	86	169	(199)	-	3.058
Finep - Contrato - 09.19.0010.00 (v)	6% ou TJLP	7.051	-	-	418	(306)	-	7.163
		<u>25.839</u>	<u>7.330</u>	<u>447</u>	<u>1.343</u>	<u>(1.386)</u>	<u>(5.658)</u>	<u>27.915</u>
Circulante		5.981						4.090
Não Circulante		19.858						23.825
		<u>25.839</u>						<u>27.915</u>

(i) Contrato BNDES N° 13.2.0554.1

Principal: Limitado a R\$20.996
 Juros: De 1,5% a 4,5% a.a.
 Vencimento: Em 60 parcelas a partir de setembro de 2016 e a última em agosto de 2021.
 Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.

(ii) Contrato BNDES N° 17.2.0124.1

Principal: Limitado a R\$ 5.527
 Juros: 2,36% a.a. + TJLP
 Vencimento: Em 48 parcelas a partir de janeiro de 2018 e a última em dezembro de 2021.
 Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.

(iii) Contrato BNDES N° 18.2.0354.1

Principal: Limitado a R\$ 26.328
 Juros: 3,10% a.a. + Spread 1,13%+ TLP
 Vencimento: Em 108 parcelas a partir de dezembro de 2021 e a última em novembro de 2030.
 Em terceira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, situados em Duque de Caxias-RJ, avaliados os terrenos, as edificações e os equipamentos.

(iv) Contrato BNDES N° 21.9.0101.1

Principal: Limitado a R\$ 17.191
 Juros: 3,54% a.a. + Spread 1,5% +TLP
 Vencimento: Em 90 parcelas a partir de junho de 2023 e a última em novembro de 2030.

Garantia: Em quarta hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, situados em Duque de Caxias-RJ, avaliados os terrenos, as edificações e os equipamentos.

(v) Contrato FINEP N° 09.19.0010.00

Principal: Limitado a R\$ 17.975
Juros: 6% a.a. e TJLP
Vencimento: Em 97 parcelas a partir de abril de 2023 e a última em abril de 2031.
Garantia: Carta Fiança

Cláusulas restritivas (*Covenants*)

A Companhia apresenta *covenants* financeiros e não financeiros em seus contratos de empréstimos adquiridos junto ao BNDES. A Administração vem monitorando e até a presente data, não houve nenhuma indicação de não atendimento aos *covenants*.

i. Covenants financeiros

O contratos de N° 17.2.0124.1, N° 18.2.0354.1 e N° 21.9.0101.1, firmados em agosto de 2017, novembro de 2018 e outubro de 2021 respectivamente, além de apresentar alguns *covenants* não financeiros, contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais.

ii. Covenants não financeiros

Obrigações de não fazer:

- Redução relevante do quadro de pessoal, atrelada à execução do projeto financiado;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- A inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação; e

Obrigações de fazer:

- Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do Meio Ambiente, durante o período de vigência do contrato.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais.

15 Transações com partes relacionadas

Em 20 de maio de 2021, a Companhia informou ao mercado em geral que, nesta data, foi assinado o distrato do atual Acordo de Acionistas, fechamento e transferência da participação societária detida pelo BNDES Participações S.A – BNDESPAR ao Alta Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior - FIP Alta. Conforme mencionado na nota 1.4, o BNDES nesta data, deixou de ser parte relacionada da Companhia.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia inclui os membros da diretoria estatutária e Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram de R\$ 2.145 e R\$ 2.160, respectivamente.

16 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos sociais a recolher	966	828
Encargos assistenciais a pagar	220	102
Provisão de férias	2.940	2.581
	<u>4.126</u>	<u>3.511</u>

17 Obrigações Fiscais

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS a recolher	1.383	541
Imposto de Renda na Fonte	1.018	1.250
Provisão de Imposto de Renda e CSLL	-	2.944
Outros	51	31
	<u>2.452</u>	<u>4.766</u>

18 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

	Causas trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2020	90
Adições	-
Reversões	(81)
Baixas por pagamento	<u>(9)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>
	Causas trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2019	121
Adições	19
Reversões	(3)
Baixas por pagamento	<u>(47)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>90</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía processos judiciais sem provisão constituída por não possuir uma nova obrigação presente como resultado de evento passado, e apresentar classificação de risco possível de perda. Com base na opinião dos assessores judiciais da Companhia e avaliação da própria administração, as provisões tributárias(i), cíveis e trabalhistas classificadas com risco possível de perda totalizam o montante de R\$ 3.590 (R\$ 7.559 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais cuja a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	31/12/2021
Trabalhistas	1.590
Cívís - Gerais	2.000
Total	3.590

Contingência ativa: A Administração da Companhia contratou uma empresa especializada em recuperação de créditos tributários que propôs uma oportunidade de exclusão da receita de subvenção oriunda de benefícios de ICMS na apuração do IRPJ e CSLL. O benefício em questão refere-se da isenção do ICMS através do Convenio 10/2002 (Concede isenção do ICMS a operações com medicamento destinado ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS). A Administração da Companhia acordou com a consultoria de ser responsável por toda a operacionalização e a defesa tanto na esfera administrativa quanto judicial. Adotando uma postura conservadora, a Companhia estabeleceu para consultoria que só irá se beneficiar dos créditos tributários, no momento em que a Receita Federal do Brasil homologar os pedidos de ressarcimento, também ficou acordado entre a Companhia e a consultoria que os honorários só serão pagos no momento da utilização dos créditos tributários pela Companhia

De acordo com levantamento inicial realizado pelos tributaristas da empresa contratada , demonstramos o efeito fiscal realizando a exclusão da receita de subvenção da base de cálculo do IRPJ e da CSLL:

Efeito Fiscal	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Crédito de IRPJ e CSLL	1.760	2.949	4.171	3.885	2.899	15.664
Selic Atualizada até janeiro de 2022	507	581	493	314	151	2.046
Crédito de IRPJ e CSLL (atualizado)	2.267	3.530	4.664	4.199	3.050	17.710

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ diferido	382	565
CSLL diferido	137	203
	<u>519</u>	<u>768</u>

A Companhia, fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, realizados anualmente, que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, mantém o crédito fiscal de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias, que somente serão dedutíveis quando atenderem a legislação fiscal. A movimentação do impacto no resultado do período está demonstrada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos oriundos de:		
Adições temporárias:		
Provisão de Perdas com Estoque	4.361	608
Provisão para Contingências	-	19
Provisão de PCLD	603	811
Juros Capitalizados	(1.346)	(447)
Diferença de depreciação Taxa Fiscal x Contábil	(920)	(317)
Reversão da PCLD	(615)	(691)
Reversão de Contingências	(81)	(3)
Reversão de Perdas com Estoque	(1.211)	(702)
Outros	(58)	-
	733	(722)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - 34%	249	(245)

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 89.230 (R\$ 68.235 em 31 de dezembro de 2020) e está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

Participação Societária em 31 de dezembro de 2021	Número de Ações		%	Total
	Ordinárias	Preferenciais		
Acionista controlador e demais acionistas	9.145.593	-	77	9.145.593
Alta Fundo de Investimentos em Participações Multistratégia Investimento no Exterior - FIP Alta	2.613.028	118.773	23	2.731.801
Outros	1	-	-	1
	11.758.622	118.773	100	11.877.395

Participação Societária em 31 de dezembro de 2020

	Número de Ações	%	Total
	Ações Ordinárias		
Acionista controlador e demais acionistas	9.501.915	80	9.501.915
Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES	2.375.479	20	2.375.479
Outros	1	0	1
	<u>11.877.395</u>	100	<u>11.877.395</u>

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Ações preferenciais

Cada ação preferencial nominativa, escritural, conversível e sem valor nominal de emissão da Companhia terá direito a um voto nas assembleias gerais da Companhia.

Os titulares de Ações Preferenciais Conversíveis, que possuem prioridade na distribuição de dividendos cumulativos, terão o direito de receber tais dividendos à conta das reservas de capital da Companhia, para os fins do artigo 17, §6º da Lei das Sociedades por Ações.

A totalidade das Ações Preferenciais Conversíveis será obrigatória e automaticamente conversível em ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão de 1 (uma) Ação Preferencial Conversível para 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, na data em que todos os dividendos referidos no item 5.5(ii) forem efetivamente recebidos pelos titulares das Ações Preferenciais Conversíveis. A conversão das Ações Preferenciais Conversíveis aqui prevista será feita (a) pela Companhia, de ofício; ou (b) mediante solicitação escrita dos detentores das Ações Preferenciais Conversíveis.

b. Dividendos

Conforme determina o estatuto social da Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei 6.404/76.

Consta no artigo 7º do Estatuto da Companhia alterado na data de 20 de maio de 2021 o pagamento preferencial a título de dividendos nas datas de 15 de maio de 2022, no valor de R\$ 1.255, 15 de maio de 2023, no valor de R\$ 2.288, e 15 de maio de 2024, no valor de R\$ 2.288. Os pagamentos devem ser corrigidos a partir da data de 20 de maio de 2021 até o último dia anterior ao pagamento dos dividendos, à taxa de 1,5 % ao ano com base em um ano calendário de 252 dias úteis, composto com a TLP, mais o montante equivalente a 5% da receita líquida obtida pela Companhia com a comercialização do produto Fumarato de Tenofovir, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e nos exercícios sociais a findarem em 31 de dezembro de 2022 e 2023, com os pagamentos nas datas mencionadas acima, limitado ao valor de R\$ 2.000.

Os dividendos mínimos e preferenciais foram calculados e propostos para distribuição conforme detalhado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	35.964	29.468
Constituição da reserva legal - 5%	(1.798)	(1.473)
Constituição de reserva incentivos fiscais (ICMS – Convênio 10/2002)	(17.540)	-
Base de cálculo	16.626	27.995
Proventos mínimos obrigatórios - 25%	4.157	6.999
Proventos Adicionais	4.386	
Total de Proventos a Distribuir	8.542	6.999
Percentual do Lucro Líquido	24%	24%
A pagar como dividendos preferenciais	336	-
A pagar como juros sobre o capital próprio	1.968	-
Dividendos e juros sobre capital próprio - preferenciais	2.304	-
A pagar como dividendos - Mínimo e adicional	706	-
A pagar como dividendos - Mínimo	-	699
A pagar como juros sobre o capital próprio - Mínimo e adicional	5.532	-
A pagar como juros sobre o capital próprio	-	6.300
Dividendos e juros sobre capital próprio - ordinárias	6.238	6.999
Total de dividendos a pagar (A)	1.042	699
Total de juros sobre capital próprio a pagar (B)	6.861	5.355
Juros sobre capital próprio	7.500	6.300
Imposto de renda - Juros sobre capital próprio	(639)	(945)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (A+B)	7.903	6.054

A administração da Companhia aprovou, em AGE, realizada no dia 16 de dezembro de 2021, a distribuição de Proventos na forma de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos, respeitando as legislações pertinentes.

c. Natureza e propósito das reservas

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de Incentivos Fiscais

Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício como “deduções de vendas”, e no encerramento do exercício o benefício foi destinado para a reserva de investimentos fiscais (patrimônio líquido) no montante de R\$ 17.540 em 31 de dezembro de 2021.

Reserva de retenção de lucros

É constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para projeto de expansão da planta fabril da Companhia.

De acordo com o art. 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07, estabelece que o somatório das Reservas de Lucros, exceto as Reservas de Contingências, Incentivos fiscais e Lucros a Realizar, não poderá ser superior ao montante do Capital Social.

21 Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	41.625	42.140
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Adições (exclusões):		
Despesas não dedutíveis	1.517	2.575
Provisão de Perdas com Estoque	4.362	608
Provisão para contingências	-	19
Provisão para PCLD	603	811
Participações de Dirigentes	20	56
Exclusões:		
Reversão de Provisão de Perdas com Estoque	(1.211)	(702)
Reversão de Contingências	(81)	(3)
Reversão de PCLD	(615)	(691)
Juros sobre o capital próprio	(7.500)	(6.300)
Incentivos Fiscais	(17.540)	-
Outros	(3.414)	(1.443)
Lucro tributável	<u>17.766</u>	<u>37.070</u>
Imposto de renda e da contribuição social - 34%	6.040	12.604
Outros	(130)	(177)
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>5.910</u>	<u>12.427</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(249)</u>	<u>245</u>
Alíquota efetiva	<u>33%</u>	<u>30%</u>

22 Receita Líquida de Vendas

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	283.939	247.020
Menos:		
Vendas Canceladas	(5.372)	(3.599)
Impostos sobre vendas	(17.721)	(14.269)
	<u>260.846</u>	<u>229.152</u>

23 Custos dos Produtos Vendidos

	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos Materiais	(129.854)	(106.294)
Custo c/ Pessoal	(29.038)	(25.129)
Custo c/ Serv. Terceiros	(3.084)	(2.060)
Custo c/ Ocupação e Utilidades	(11.380)	(12.343)
Custo c/ Depreciação	(4.437)	(4.558)
	<u>(177.793)</u>	<u>(150.384)</u>
Custos dos Produtos Vendidos		
Custo dos Produtos Revendidos	(6.401)	(5.420)
	<u>(184.194)</u>	<u>(155.804)</u>

24 Despesas (receitas) operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com vendas	(928)	(436)
Despesas com PCLD	12	(323)
Despesas com Vendas	(916)	(759)
Despesas com pessoal	(12.464)	(11.797)
Serviços de terceiros	(7.522)	(4.939)
Ocupação e utilidades	(3.415)	(2.658)
Despesas administrativas	(5.749)	(5.149)
Depreciação	(777)	(825)
Despesas Gerais e Administrativas	(29.927)	(25.368)
Outras despesas (receitas) operacionais	(1.420)	600
Total de despesas (receitas) operacionais	(32.263)	(25.527)

25 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras		
Juros	(1.684)	(1.379)
Descontos concedidos	(1.389)	(144)
Despesas bancárias	(601)	(350)
Acréscimos legais s/tributos	(91)	(40)
IOF	(518)	(169)
Outros	(93)	(79)
Total	<u>(4.376)</u>	<u>(2.161)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	442	152
Descontos recebidos	102	57
Receita de juros	54	1
Outros	155	95
Total	<u>753</u>	<u>305</u>
Varição Cambial Ativa	7.475	9.069
Varição Cambial Passiva	<u>(6.616)</u>	<u>(12.894)</u>
Varição cambial líquida	<u>859</u>	<u>(3.825)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.764)</u>	<u>(5.681)</u>

26 Instrumentos financeiros

26.1 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelos (empréstimos detalhados na nota explicativa 14), deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, dividido pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

O índice de alavancagem em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos (Nota 14)	43.096	27.915
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(30.125)	(23.888)
Menos: aplicações financeiras (Nota 8)	(12.753)	(8.301)
Dívida líquida (A)	218	(4.274)
Total do patrimônio líquido (B)	184.133	156.711
Total do capital (A + B)	184.351	152.437
Índice de alavancagem financeira - %	0,12%	(2,8%)

26.2 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	30.125	23.888
Aplicações financeiras	12.753	8.301
Contas a receber	58.643	41.011
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	43.096	27.915
Fornecedores	22.569	13.584

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção (“hedge”) em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

26.3 Objetivos da administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

26.4 Riscos de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil das operações da Companhia e ela opera equacionando de forma

adequada esse risco. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração.

26.5 Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira; conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2021, o dólar norte-americano sofreu uma valorização de 7,39 % frente ao real (2020 - valorização de 28,93%). A exposição ao risco de câmbio em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são:

Ativo	31/12/2021	31/12/2020	Moeda de Exposição
Caixa e equivalente de caixa (recebimentos em dólar de clientes estrangeiros)	9.431	7.862	US\$
Contas a receber de clientes estrangeiros	2.120	822	US\$
Adiantamento a fornecedores	2.402	378	US\$
Seguro Transporte			
Passivo			
	45	354	US\$
Fornecedores estrangeiros	13.986	10.756	US\$

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

26.6 Gestão do risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R\$ 42.878 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 32.189 em 31 de dezembro de 2020) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos com taxas de juros estabelecidas nos contratos conforme mencionado na nota 14 no valor de R\$ 43.096 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 27.915 em 31 de dezembro de 2020). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas e os prazos de amotização são longos, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Além disso, a Companhia tem uma Política conservadora em relação ao caixa e equivalentes de caixa, operando com saldos elevados para

mitigação de risco. Como mencionado acima, este caixa e aplicações, também estão expostas (positivamente) a variação nas taxas de juros. Dessa forma, esse risco é atenuado.

26.7 Análise de sensibilidade

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamento a fornecedores, seguro transporte e contas a pagar em moeda estrangeira além de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados a outros índices.

Na elaboração da análise de sensibilidade, foram consideradas as curvas de mercado da B3 S.A. para o dólar norte-americano e as informações projetadas pelo BNDES para os seguintes índices TJLP, TLP e CDI, considerando as seguintes premissas:

Definição de um cenário provável do comportamento do risco que é referenciada por fonte externa independente (Cenário Provável).

Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário Possível e Cenário Remoto, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2021, a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, expostos às variações de taxas de juros, taxas de câmbio e aos índices inflacionários, e os seus respectivos impactos no resultado do exercício, estão demonstrados para o período de 90 dias, quando deverão ser apresentadas as próximas informações trimestrais contendo tal análise.

Riscos de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e empréstimos, cujos saldos em 31 de dezembro de 2021:

Operação		Saldo contábil em 31/12/2021	Cenário provável (a)	Ganho ou perda (b) - (a)	Cenário possível 25% (b)	Ganho ou perda (c) - (a)	Cenário remoto 50% (c)
Aplicações Financeiras	CDI	12.753	13.317	704	14.021	845	14.162
Fundos de Investimos - Caixa	CDI	20.567	21.476	1.136	22.612	1.364	22.840
Empréstimos e Financiamentos	TJLP	(7.163)	(7.545)	(476)	(8.020)	(572)	(8.116)
Empréstimos e Financiamentos	TLP	(35.933)	(37.406)	(1.842)	(39.248)	(2.210)	(39.616)
Total		(9.776)	(10.157)	(478)	(10.635)	(573)	(10.730)

O cenário provável considera para os índices TJLP e TLP as taxas de outubro a dezembro de 2021 obtidas no portal do BNDES, o CDI foi utilizada a acumulada até dezembro de 2021 obtida no portal de finanças.

Riscos de taxa de câmbio

Considerando as exposições cambiais descritas na tabela de exposição cambial mencionada na nota 26.5, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto de 31 de dezembro de 2021:

Operações Cambiais		Saldo contábil em 31/12/2021	Cenário provável (a)	Ganho ou perda (b) - (a)	Cenário possível 25% (b)	Ganho ou perda (c) - (a)	Cenário remoto 50% (c)
Caixa e equivalente de caixa (contratos de câmbio de clientes estrangeiros)	Dólar/Real	9.432	9.495	2.373	11.868	4.747	14.242
Contas a receber de clientes estrangeiros	Dólar/Real	2.120	2.134	534	2.668	1.067	3.201
Adiantamento a fornecedores	Dólar/Real	2.402	2.418	604	3.022	1.209	3.627
Seguro Transporte	Dólar/Real	(45)	(45)	(12)	(57)	(23)	(68)
Fornecedores estrangeiros	Dólar/Real	(13.986)	(14.079)	(3.520)	(17.599)	(7.039)	(21.118)
Total		(77)	(78)	(19)	(97)	(39)	(116)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 30 dias, obtidas no portal da B3 S.A.

26.8 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Administração adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

O saldo de contas a receber de clientes no montante de R\$ 58.643 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 41.011 em 31 de dezembro de 2020), sendo a maior parte proveniente dos dez maiores clientes da Companhia, com os quais tem uma relação comercial de longa data, com histórico sólido de adimplência de suas obrigações financeiras. As demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco.

A Companhia não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R\$ 42.878 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 32.189 em 31 de dezembro de 2020), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 5.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

Em 31/12/2021	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	22.569	-	-	22.569
Financiamentos	1.916	5.618	35.562	43.096
Em 31/12/2020	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	13.584	-	-	13.584
Financiamentos	4.090	5.662	18.163	27.915

27 Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 245.900 para danos materiais (R\$ 245.500 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 32.900 para responsabilidade civil (R\$ 32.500 em 31 de dezembro de 2020).

28 Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro do do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	35.964	29.468
Quantidade de ações em circulação – média ponderada (em milhares)	11.877	11.877
Resultado por ação (básico e diluído)	<u>3,0280</u>	<u>2,4962</u>

29 Eventos Subsequentes

No dia 17 de março de 2022, foi anunciado um acordo fechado entre a Nortec Química S.A. e o Medicines Patent Pool (MPP), para receber da Pfizer o licenciamento e a transferência de tecnologia para produzir o IFA Nirmatrelvir, um antiviral usado no tratamento para COVID leve. Os mercados de destino serão países de baixa e média renda, onde a Pfizer abrirá mão da patente.

O Medicines Patent Pool (MPP) é uma organização criada em 2010, apoiada pela ONU, com o objetivo de aumentar o acesso e facilitar o desenvolvimento de medicamentos considerados

essenciais para países de baixa e média renda, com prioridade para moléculas incluídas na Essential Medicines List (EML), da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Este evento é muito importante institucional e comercialmente para a Nortec Química S.A., pois reforça o papel de destaque da empresa entre os principais *players* do sistema mundial de saúde, sendo a única farmoquímica da América Latina dentre as 35 empresas selecionadas para o licenciamento do IFA Nirmaltrelvir